

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.387.446 - TO (2018/0281058-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO
ADVOGADOS : MARCELO CESAR CORDEIRO - TO001556B
DANIELE TAVARES ALVES - TO008037
AGRAVADO : SÉRGIO AUGUSTO GIATTI
ADVOGADO : FABRICIO ALVES RODRIGUES - TO005350

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 19 e 20, **caput** e §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil de 1973; 82, 84 e 85, § 10, do Código de Processo Civil de 2015, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fls. 113/114):

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - EXTINÇÃO DOS EMBARGOS SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL - CONDENAÇÃO DO EMBARGANTE NO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS - RECURSO DO EMBARGANTE - DIREITO INTERTEMPORAL - TEMPO DA SENTENÇA E DO RECURSO - APLICAÇÃO DAS NORMAS DO CPC/73 - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - ÔNUS DO CAUSADOR DA CIRCUNSTÂNCIA QUE CULMINOU NO DECRETO DE EXTINÇÃO DA AÇÃO EXECUTIVA - EMBARGANTE DECAIU NA INTEGRALIDADE DO PEDIDO - NÃO HAVIA MOTIVAÇÃO PARA O AJUIZAMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO - A EXECUÇÃO FOI EXTINTA EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, E NÃO EM DECORRÊNCIA DOS EMBARGOS - MANUTENÇÃO DO JULGADO - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1 - Deve ser observado o elencado pelo art. 14 do próprio CPC/2015, que situa que a norma processual não retroagirá, sendo respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada, inclusive no que tange aos honorários advocatícios sucumbenciais.

2 - Inicialmente destaco que, em observância ao princípio da causalidade, tratando-se de extinção do feito sem resolução de mérito, incumbe ao Magistrado julgador, quando do estabelecimento

dos ônus sucumbenciais, perquirir o causador da circunstância que culminou no decreto de extinção da ação executiva.

3 - No presente caso, o embargante decaiu na integralidade do pedido nos embargos à execução, eis que os embargos à execução foram extintos sem resolução de mérito por falta de interesse de agir do embargante, ora Apelante. Ora, se não havia interesse de agir, não havia motivos para o ajuizamento dos embargos executivos, sendo de rigor a condenação do embargante no pagamento das custas e despesas processuais.

4 - A alegação do ora Apelante de que foi necessária a interposição da demanda para a extinção da execução não merece prosperar, eis que foi no julgamento da exceção de pré-executividade (autos executivos nº 0006232.50.827.2737) que houve a declaração de nulidade da execução, restando sem fundamento a interposição dos embargos à execução originários do presente recurso.

5 - Em se tratando de processos distintos, de rigor o reconhecimento de falta de interesse processual e interesse de agir na propositura dos embargos executivos, concluindo-se logicamente pela manutenção do julgado quanto ao pagamento das custas finais.

6 - Recurso conhecido e improvido.

Sustenta o agravante, em síntese, que o princípio da causalidade estabelece que "aquele que deu causa à propositura da demanda ou à instauração de incidente processual deve responder pelas despesas daí decorrentes" (fl. 192).

Argumenta que o exequente deu causa à instauração do processo, de modo que os ônus de sucumbência deveriam ser impostos a ele.

Afirma que "em que pese o recorrente ser o autor dos embargos à execução (o que não se confunde com quem deu causa à extinção), a perda do objeto ocorreu pelo reconhecimento do MM. Juiz, que inclusive poderia ter ocorrido de ofício, de que a ação de execução era nula" (fl. 201).

Assim posta a questão, passo a decidir.

Inicialmente, destaco que a jurisprudência do STJ possui o entendimento no sentido de que a parte que der causa à instauração do processo deve responder pelo pagamento das respectivas despesas, em decorrência do princípio da causalidade. Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÕES E CONTRADIÇÕES. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CAUSALIDADE. INTERESSE DE AGIR. SÚMULA 7/STJ.

1. Inexiste violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido fundamenta claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

2. Por aplicação do princípio da causalidade, a parte que deu causa à instauração do processo deve responder pelo pagamento das respectivas despesas. No caso, a Corte local estabeleceu a necessidade e utilidade da ação judicial. A afirmação do contrário demandaria o reexame dos fatos e provas constantes dos autos, providência inadmitida em recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.126.232/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 8.3.2018)

No presente caso, verifico que a Corte de origem consignou que não havia motivos para o ajuizamento dos embargos à execução, mantendo a falta de interesse de agir do agravante, e, como consequência, manteve a condenação do ora recorrente ao pagamento das custas e despesas processuais (fl. 117).

Além disso, manteve integralmente os termos da sentença, que assim tratou a questão (fls. 62/63):

(...)

Ação de Embargos à Execução nº 0001833.41.2015.827.2737. Conforme se demonstra nos autos do processo nº 0006232.50.2014.827.2737, é protocolizada Exceção de Pré-Executividade, evento 18, em 4 de maio de 2015, às 10:00h.

Na mesma data, 4 de maio de 2015, às 13h34, Geraldo Neto propõe Ação de Embargos à Execução, autuada sob nº 0001833.41.2015.827.2737, e estende os argumentos de ordem pública que foram omitidos na exceção de pré-executividade.

Embora argumentos diversos, verifica-se que, aparentemente, por esquecimento, não foram apresentados junto à Exceção de Pré-Executividade.

Porém, não há interesse processual à propositura da Ação dos

Embargos à Execução que visam a mesma finalidade da Exceção de Pré-Executividade, qual seja, a nulidade da Ação da Execução por falta de requisitos legais ao título de crédito extrajudicial.

Condições da ação e pressupostos processuais, tratam-se de matéria de ordem pública que devem ser reconhecidas de ofício, nos termos do artigo 267, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil.

Assim, os embargos à execução serão extintos sem resolução do mérito por falta de interesse de agir.

(...)

CONDENO o embargante (Geraldo Lourenço de Souza Neto) ao pagamento das custas processuais dos Embargos à Execução e ao exequente Sérgio Augusto Giatti ao pagamento das custas processuais da Ação de Execução, devendo-se observar os termos dos Agravos de Instrumento interpostos contra despacho que negou assistência judiciária.

Com efeito, observo que desconstituir a conclusão do acórdão recorrido de que não há interesse de agir para a propositura dos embargos à execução, que visam à mesma finalidade da exceção de pré-executividade, devendo, por isso, ser imputado os ônus de sucumbência ao agravante, demandaria o reexame do acervo fático dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora